



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 3/2014

SESSÃO ORDINÁRIA

28 DE JUNHO DE 2014

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Mónica Serras

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze pelas onze horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Edifício da Junta de freguesia de Santiago de Montalegre, concelho de Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. Lista dos compromissos plurianuais;**
- 3. Relatório Final da Auditoria efetuada ao Município pela IGF;**
- 4. 1ª Revisão Orçamental;**
- 5. Certificação Legal de Contas – ano 2014;**
- 6. Procedimento Concursal – Sapadores Florestais;**
- 7. Projeto de Regulamento do Cartão Jovem Municipal;**
- 8. Territórios de baixa densidade populacional.**

Período de Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Anacleto da Silva Batista, Alcina Manuel Batista Pinto Cardoso Almeida, Luis Pereira Marques, Francisco da Silva António, Francisco José Soares Lopes, José Fernando Amaro Esteves, Luis Manuel da Conceição Grácio, Maria Arminda da Luz Oliveira, Mónica Sofia Jorge Serras, Paulo Jorge Falcão Lourenço, Pedro Miguel Matos Carreira, Vítor Lopes Pires, Paulo José Casola Pedro, António Pereira Fernandes, Jorge Nuno Lourenço da Silva Pina. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara e Vereadores, Fernando Vasco, Pedro Duque e Pedro Rosa. -----

O Senhor deputado Duarte Pedro fez-se substituir pelo Senhor Luis Pereira Marques. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados Joaquim António Lopes Serras, Miguel Afonso Catalão Alves, Duarte Pedro, que antecipadamente justificaram as suas faltas. -----

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão agradecendo a hospitalidade da Junta de Freguesia de Santiago de Montalegre, que cedeu o espaço para a realização da Assembleia Municipal e todos os esforços que se fizeram para que se pudesse estar naquele local, com a dignidade que todos podem apreciar naquela bela sala para este tipo de reuniões. Agradeceu também a disponibilidade dos técnicos da Câmara, com a montagem do som para que se possa discutir e refletir, o que no fundo, é o papel da Assembleia Municipal. É importante perceber que a Assembleia Municipal é sobretudo um órgão de debate e de reflexão política, que serve para fundamentar deliberações em matérias importantes, quer sejam opções de plano, orçamentos, propostas estas que vêm da Câmara Municipal e portanto tem um papel muito importante, é de facto o órgão mais importante do concelho em termos de reflexão política, de debate político e, é sobretudo um órgão deliberativo. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor e uma abstenção, do Senhor deputado Luis Pereira Marques. -----

Continuou o Senhor Presidente da Assembleia referindo que nas últimas eleições europeias, como tem vindo a ser hábito, no concelho de Sardoal, a abstenção, apesar de muito alta, foi das mais baixas a nível nacional, juntamente com o concelho de Vila de Rei, Mação e Avis, o que revela cidadania, empenho e interesse das pessoas pela atividade, apesar de tudo, importante e pelo menos diferenciadora em relação a muitos locais de Portugal. -----

O Senhor Presidente referiu também que não se devem esquecer que nos últimos meses, ao nível da área agrícola, neste caso o vinho, que teve um grande desempenho no Sardoal, o qual tem duas quintas a produzir vinho, são a Quinta do Coro e a Quinta Vale do Armo e, ao nível de um concurso feito no Palácio da Bolsa, que é um dos concursos mais fortes a nível nacional, vieram duas grandes medalhas de ouro, para o distrito de Santarém e, curiosamente vieram as duas para o concelho de Sardoal, ao nível dos vinhos do Tejo. Está-se a falar, não de medalhas de ouro, mas de grandes medalhas de ouro, para vinhos claramente destacados em relação aos outros e, para a região do Tejo, vieram duas para o Sardoal, uma para a Quinta do Coro e outra para a Quinta Vale do Armo e isto é importante, assim como também vieram medalhas de ouro do concurso internacional de Bruxelas, com muitos vinhos a concurso e de facto, os vinhos de Sardoal começam a ganhar algum relevo a nível internacional, nacional e sobretudo ao nível da região a que pertencem, que é a região do Tejo. No

fundo, é possível fazer coisas boas e de qualidade no interior do país, ou seja, é bom que todos olhem para o interior do país como um sítio potencial e cada vez mais se deve olhar dessa forma, olhar para a terra e olhar para a transformação, para a obtenção da matéria-prima, no fundo para o setor primário, como um setor importante, estando mesmo convencido que, com o andar dos tempos, cada vez mais importante, no desenvolvimento global do país, que tanto precisa desse empreendedorismo e dessa qualidade, ao nível deste sector que nos últimos anos foi esquecido e quase abandonado, como todos sabem. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu ainda que a iniciativa de trazer as Assembleias Municipais às freguesias, foi uma iniciativa que, enquanto Presidente e, a Mesa, já pretendiam fazer há mais tempo, tendo-se achado por bem começar a fazer agora, estando convencido de que vai ser um sucesso e que todos os anos irá haver assembleias, quer em Santiago de Montalegre, quer em Alcaravela, quer em Valhascos ou mesmo em outros lugares da freguesia de Sardoal, achando que é importante descentralizar e trazer estes órgão a outros locais para se criar também o hábito. Como todos sabem, é seu objetivo que cada vez mais as assembleias tenham público, que sejam conhecidas e participadas e por vezes, têm de ser eles a aproximarem-se das pessoas e a dar o primeiro passo e, é esse o seu objetivo. -----

Interveio o Senhor deputado Paulo Falcão referindo ter sido informado, não sabendo se é verídico ou não, que um dos funcionários da Câmara, o Senhor Arquiteto Renato Bexiga, tem neste momento um processo judicial e que está com termo de identidade e residência. Caso seja um processo que tenha a ver com o foro pessoal, obviamente que ninguém tem nada a ver com isso, caso seja do foro laboral, gostaria, se possível, de saber qual o motivo desta penalização. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara e, antes de responder, saudou a Assembleia que está a ser realizada em Santiago de Montalegre, como o senhor Presidente da Assembleia disse e é testemunha da sua vontade há já bastante tempo, em descentralizar estas reuniões e que tem todo o apoio da Câmara, porque realmente a democracia quando mais próxima estiver dos cidadãos melhor cumpre a sua função e, esta, é mais uma forma de se estar o mais próximo possível dos munícipes, dos cidadãos. Respondendo à pergunta, o Senhor Presidente da Câmara referiu que este processo tem muitos anos, que salvo erro, tem origem em 2002, que foi alvo de várias inspeções e entretanto foi também submetido ao DIAP de Évora, há já algum tempo. Tem a ver com licenciamentos de obras municipais, entre o período de 2002, 2003, 2004, 2005. O que acontece, na verdade, é que está a

decorrer o processo, não só o senhor arquiteto mas também um antigo vereador, Luis Gonçalves, que era na altura responsável pelas obras. Do DIAP de Évora foi recebido o processo dizendo que o município tem de tomar uma posição em relação a alguns possíveis, maus procedimentos, que foram feitos naquela altura e, diz possíveis, porque o processo não está encerrado, está só feita a investigação que dará origem ao processo e depois se verá no que é que irá dar. O que o Senhor arquiteto lhe tem transmitido é que realmente não há razão e que ele está completamente à vontade em relação aos procedimentos que foram tomados na altura. -----

Interveio o Senhor deputado Paulo Falcão referindo que a pessoa em causa é um funcionário do município e deve de se estar com atenção e apesar de ser um processo antigo, se neste momento se puder ajudar a resolver mais qualquer coisa para que tudo fique claro e para que tudo se resolva a bem e para que ninguém saia prejudicado, entende que se devem tomar as providências cabíveis para esse tipo de situação, sendo essa a sua questão, porque se trata de um funcionário, que é um quadro técnico, o qual é necessário. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que tão importante como sendo um funcionário, são os procedimentos tomados pelo município e, o que está em causa, foram procedimentos em nome do município que foram tomados pelos chefes de divisão na altura, ou técnicos superiores e pelos responsáveis políticos da altura, na altura foi posto em causa e está agora a ser analisado. O jurista do município está a acompanhar todo o processo, tecnicamente terá de se rever todas aquelas posições que foram tomadas na altura, em que o Tribunal questiona e ter-se-á de tomar decisões, se não estiverem de acordo com aquilo que, na altura a Lei obrigaria ou aos olhos da Lei atual. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António, dando as boas vindas a todos àquela terra, parabenizando o Senhor Presidente pelo facto de ter feito cumprir uma aspiração antiga e ao longo destes anos todos conseguiu-se descentralizar as sessões da Assembleia Municipal e trouxe-las um pouco para fora da sede do concelho, não querendo dizer que na sede do concelho e onde elas têm sido feitas, não sejam as melhores condições, mas de qualquer das formas, esta política de proximidade com as pessoas, para si é importante. Foi uma aspiração já no anterior mandato está-se a cumprir e espera que seja para dar continuidade. -----

Continuou o Senhor deputado referindo que, como se está em Santiago de Montalegre ter-se-á de falar um pouco na localidade e, desta vez não se irá reportar à decadência da população, nem aquilo que se perdeu pois já se falou demasiado nisso, não se irá reportar a nada do passado, na sua opinião chegou

a altura de se apontar para o futuro, falar do presente e melhorar o futuro para que, num futuro próximo a freguesia não corra o risco de desaparecer, como aconteceu muito recentemente. Referiu ter algumas sugestões para fazer pois compete-lhe fazê-las e também faz parte da sua vida e da sua vivência e de todos os que ali estão, que ali nasceram e ali viveram, que gostam daquela terra mais do que ninguém. Relativamente à inovação, à criatividade, de alguma forma queria chamar a atenção do executivo, para algumas coisas que se podiam fazer em Santiago de Montalegre, sem grandes custos e, sabendo-se que nesta altura, o turismo é uma das grandes armas e pelo menos uma das grandes fontes, dos meios mais pobres ou pelo menos dos meios com população mais reduzida, havia a explorar um sem numero de coisas, mas apenas traz alguns apontamentos, nomeadamente uma espécie de circuito turístico na freguesia, abrangendo a exploração dos antigos poços dos mouros, a recuperação dos moinhos de vento, porque em Santiago de Montalegre também existiram moinhos de vento e os seus resquícios continuam, as fontes históricas, as sempre faladas relíquias das aldeias abandonadas, as quais estão realmente abandonadas mais ainda têm muita coisa para ver e, quando se fala em aldeias de xisto, que estão agora na moda, Santiago de Montalegre também tem aldeias com alguma historia, que não são de xisto mas de calcário, nomeadamente o Codes, que tem muitas casas, que não são de cimento e que podiam de alguma forma ter algum aproveitamento, as velhas azenhas, que também eram muitas na freguesia e algumas ainda existem em que também poderiam fazer parte desse roteiro, os lagares de azeite, existem dois a funcionar e que poderiam ser visitados se, incluídos nesse circuito, o antigo pontão militar, chamado de ponte romana, que existe sobre a ribeira do Codes, que também está abandonado e seria uma mais-valia, a malfadada zona de lazer nas margens da ribeira do Codes, da qual se fala há mais de trinta anos e nunca foi intervencionada, o centro de férias do Codes, tentar um aproveitamento mais assíduo, com mais jovens. Aquilo que se perdeu, não vale a pena estar a falar, pois toda a gente sabe. A única coisa que importa agora é falar no presente a pensar no futuro e criar de alguma forma inovações, criar algo que mexa com a localidade, porque se continuarem parados e a pensar que Santiago de Montalegre é para esquecer, é para acabar, não se vai a lado nenhum e, acabando a freguesia, acabará depois o concelho e por daí adiante. Por último, questionou, porque não a construção, ou pelo menos a implementação, do museu rural no edifício da junta, era uma coisa simples, sem ter muitos custos, existe espaço, com ferramentas antigas, utensílios domésticos que as pessoas podiam aproveitar, para que, num futuro próximo, se tenha uma freguesia melhor. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia saudando a Junta de Freguesia pela receção que proporcionou às pessoas ali presentes e saudar também, a iniciativa de se descentralizar a Assembleia Municipal pois crê que ajude as pessoas a perceber melhor o funcionamento deste órgão autárquico que tem de facto importância na estrutura autárquica de todo o país e, como é óbvio, do concelho e de facto, também entende, que aproxima as pessoas da política local e isso é de facto de salutar. O Senhor deputado saudou também os funcionários da autarquia que também ajudaram e tornaram possível que esta descentralização fosse efetiva e, saudou também, os munícipes presentes, que demonstram o interesse das populações pelas questões do concelho, sendo de louvar a sua participação e presença. -----

Continuou o Senhor deputado saudando os munícipes do Sardoal pelos resultados atingidos globalmente nas eleições europeias, os quais, mais uma vez, manifestaram o seu sentido cívico, ao mais alto nível. Mais uma vez, a taxa de abstenção, ainda que sendo alta, continua a ser das mais baixas do país e, para todos os que desempenham funções políticas neste concelho, é um motivo de orgulho e de encorajamento para prosseguirem as suas funções. Ainda do ponto de vista das eleições, referiu que os resultados em si, o Partido Socialista obteve um resultado que já não obtinha neste concelho há largas eleições, apesar de ter sido a segunda força política mais votada, ficou a 17 votos de uma coligação e, para os Socialistas, é motivo de orgulho. -----

Continuou o Senhor deputado manifestando a sua solidariedade com as medalhas que as quintas de vinho do Sardoal obtiveram, pois são reconhecimentos, não só a nível nacional mas também a nível internacional, demonstrando que de facto, as pessoas do Sardoal não são inferiores a outras de outras localidades, não é por não se estar numa zona vinhateira, como por exemplo a região do Douro ou a região do Alentejo, que aqui não se sabe fazer vinho, sabe-se aprender, por vezes até com experiências realizadas nessas regiões, mas está-se aqui também para demonstrar o seu valor, saúdamo e manifestando o seu apreço pelo trabalho desenvolvido, nestas duas quintas, pelo menos numa, por pessoas jovens, que investiram nesta área há relativamente pouco tempo e, é de facto, um motivo de orgulho para todos os sardoalenses. -----

O Senhor deputado questionou o Senhor Presidente da Câmara, sobre o PDM, que é uma questão que sempre o preocupa e que vai sempre trazendo à Assembleia, querendo saber qual é o ponto da situação dos trabalhos do PDM, se a empresa já está ou não a trabalhar, quais as fases que seguem, qual o planeamento em termos temporais, porque este ano celebra-se vinte anos da publicação do

PDM no Sardoal, o que também quer dizer que o PDM inicial estava previsto para dez anos, já valeu por dez anos e por mais dez, começando a ser motivo de preocupação e, é importante que este assunto esteja nas suas mentes e nas suas preocupações e é neste sentido que coloca a questão. -----

Questionou também sobre a água, pois na última Assembleia abordou-se a questão do eventual abastecimento de água a partir da barragem de Castelo de Bode, a Águas do Centro teria essa intenção, num projeto a desenvolver com Mação e acredita que terá havido reuniões, querendo que o Senhor Presidente esclarecesse e detalhasse mais este assunto. -----

Continuou o Senhor deputado, referindo-se à barragem da Lapa, questionando sobre qual o estado dos trabalhos previstos, se há datas previstas, quando se espera que estejam terminados. -----

O Senhor deputado dirigiu-se ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia referindo que da documentação recebida da Câmara, relativa aos pontos na Ordem de Trabalhos, da Assembleia Municipal, nenhuma fazia referência à deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal o que faz com que os deputados ali presentes estejam um pouco sem saber o que é que a Câmara propõe. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista referindo que na sua opinião esta Assembleia está a entrar num campo que julgava estar extinto há muitos anos em Portugal, que é os tribunais populares. Termo de identidade e residência, qualquer cidadão que tenha o mais pequeno processo, tem de ter termo de identidade e residência, assim que passa para averiguação ou para processo de inquérito a única coisa que é feita logo é o termo de identidade e residência, que é a única sanção aplicada a qualquer pessoa que está num processo de inquérito. Na sua opinião não é importante saber do que é que ele está acusado e não cabe aos deputados municipais estar a tentar saber porque é que A, B ou C, está acusado. Tem termo de identidade e residência, se o município continua a confiar nessa pessoa, na sua opinião, acha que sim, porque é uma simples medida, para dizer que a pessoa, para se ausentar da sua residência, tem de comunicar à autoridade, não estando acusado de nada, porque não há nenhuma acusação, se houvesse acusação, tudo bem, então teria de se saber qual o fundamento da dita, assim, entende que não devem entrar por esse campo, de estar a fazer julgamentos antecipados, o senhor arquiteto terá de responder, terá de ter um processo de inquérito e pode haver ou não acusação, qual é o papel dos deputados, se amanhã se provar que o senhor arquiteto não tem nada, está-se a fazer julgamento dele, daquilo que ele fez e o que ele fez a justiça o apurará e depois os deputados julgarão de harmonia com aquilo que a justiça vier a dizer, não se devendo estar agora a perguntar se ele é ou não digno de permanecer no cargo. Este termo de

identidade e residência não tem significado absolutamente nenhum, juridicamente falando e, não se podem antecipar à própria autoridade, que é o tribunal, se o procurador da república ou o juiz encarregado do inquérito não decretou outra medida que não esta, não cabe aos outros estar a fazer juízos antecipados. -----

Continuou o Senhor deputado Anacleto Batista, propondo que não fossem abordadas questões particulares relacionadas com o processo, sem que ele passe para o conhecimento público. Acredita que neste momento o processo estará em segredo de justiça, daí o termo de identidade e residência, não cabendo aos deputados estar a intervir naquilo que é o campo da justiça. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Falcão dizendo achar ter sido claro na sua pergunta, não fazendo parte da sua pessoa julgar ninguém, muito menos o senhor arquiteto, por quem tem o máximo de respeito, não só como pessoa mas também como um quadro técnico do município. Simplesmente tomou conhecimento deste assunto agora, pedindo desculpa se é um processo de 2002, não tinha conhecimento e, a sua questão, foi colocada única e exclusivamente, se houvesse alguma coisa que se pudesse fazer para de alguma forma ajudar esta pessoa, numa fase mais complicada, era essa a intenção, longe de si, que não tem categoria para isso, julgar seja quem for e nunca julgou ninguém, simplesmente colocou a questão, obviamente se fosse do foro pessoal, bastava que o mesmo fosse dito. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara agradecendo as palavras e sugestões do deputado Francisco António, referindo ser conhecida a preocupação do Senhor deputado pelo concelho e especificamente por esta freguesia, pela qual tem lutado desde há muitos anos, revendo-se e subscrevendo tudo o que o deputado disse e, no seu programa existem várias propostas para Santiago de Montalegre, informando que faz parte da rota das Aldeias de Xisto, apesar de não o ser, e que o Centro de Férias do Codes, o único que existe no concelho, irá ter, a partir desta altura, ocupação praticamente, todos os fins de semana, até final de setembro como tem sido nos outros anos, pois os pedidos são bastantes, em setembro irá dar-se início aos percursos de btt e pedestres, nos quais estão incluídos percursos na freguesia de Santiago de Montalegre, por isso está-se a trabalhar a estratégia para o turismo e, a prova da preocupação da Câmara é realmente ter-se feito esta reunião e incluir até um ponto na ordem de trabalhos, um ponto que tem a ver com territórios de baixa densidade, que é o caso do local onde se encontram. Como o Senhor deputado enumerou e muito bem, esta freguesia é riquíssima, azeite, água, rios, natureza, pessoas e, em relação ao museu rural, curiosamente esta

semana teve uma reunião com uma associação que manifesta essa preocupação e, a Câmara acha que se pode fazer mais alguma coisa por esta localidade, dando como exemplo o caso de Entrevinhas, que já tem o espaço para o seu museu rural, aproveitando para saudar o presidente dessa associação, que é o Senhor deputado Paulo Falcão, que muito lutou para cumprir aquilo que era a vontade dos seus antecessores em ter um museu e teve muito gosto em estar presente na inauguração, que já tem uma peça que foi oferta da Câmara Municipal, que foi um momento muito bonito. -----

Continuou o Senhor Presidente referindo que a criação destes pequenos núcleos, nas diferentes aldeias ou nas freguesias, é preservar a história, é transmitir aquilo que se tem de bom, a tradição, aos mais jovens e é também uma prova de vida e, dar vida aos diferentes lugares, por isso conta sempre com a colaboração do Senhor deputado, com os seus reparos, com as suas sugestões, para que a freguesia de Santiago de Montalegre cresça e que esteja, não no lugar em que está, que já é muito bom, mas que tenha uma população com vida, com jovens e crianças, é fundamental. -----

Sobre as questões colocadas pelo Senhor deputado Adérito Garcia, o Senhor Presidente referiu que, sobre o PDM, está a terminar-se o caderno de encargos e, dentro daquilo que são as suas funções e como já transmitiu, fez-se uma auscultação ao mercado e porque o preço também é bom, irá fazer-se um ajuste direto, com um valor de cerca de sessenta mil euros, a uma empresa de Coimbra que está a trabalhar no PDM de Vila Nova da Barquinha e Alcanena, existindo um histórico desta empresa, nas relações que se tem com esses municípios, pensa que a qualidade de preço irá ser benéfico para o Município. Disse concordar com o Senhor deputado em que não se pode perder mais tempo. Infelizmente este tem sido um processo longo, que se tem arrastado, não só no município de Sardoal, mas em todos os municípios do país, dos trezentos e oito municípios, poucos são aqueles que têm a revisão do PDM feita, é um processo excessivamente burocrático. Neste momento existe alguma agilização desses processos, por isso julga-se que o caderno de encargos prevê um período máximo de vinte e seis meses para a conclusão do PDM o qual tem várias fases, nas quais, todos terão a oportunidade de intervir e dar sugestões, porque este é um documento político importante para o Sardoal, mas não é, nem vai ser um documento de um partido político, vai ser um documento de todos, em que todos terão de participar e dar as suas sugestões e o seu melhor, porque é um documento estratégico fundamental, para o desenvolvimento do concelho. -----

Em relação ao abastecimento de água a partir de Castelo de Bode, é uma realidade e a Águas do Centro já assumiram que o abastecimento de água ao concelho de Sardoal passará a ser feito, não

tendo a informação oficial, partindo da Barragem de Castelo de Bode, conjuntamente com município de Sardoal e Mação. Já houve algumas reuniões, algumas conversações nesse sentido, não pelo facto de a água vir de Castelo de Bode, porque como diz, desde que os Sardoalenses tenham água de qualidade e em quantidade nas suas torneiras, a sua preocupação não é saber de onde ela vem, eventualmente isto podia ter sido pensado há muitos mais anos, em vez de se ter feito a Barragem da Lapa, quiçá, ali podia ter sido o início, quando alguém pensou em construir a Barragem da Lapa e todos sabem quem foi, não vale a pena estar a falar sobre este assunto, qual a origem da construção da Barragem da Lapa. De qualquer das formas, a Barragem da Lapa preocupa o executivo, até porque há um contrato com a Águas do Centro de abastecimento ao concelho de Sardoal a partir da barragem da Lapa, o qual ainda não foi denunciado nem há proposta de revisão de contrato, por isso mantém-se com todas as premissas, desde o início. O Senhor Presidente partilhou a preocupação relativa ao destino da barragem da Lapa, para o qual ter-se-á de ter muita imaginação e todo o cuidado também, porque se ela deixa de ficar com os fins para a qual foi construída, ou seja o abastecimento de água ao concelho, ninguém quer ficar com um elefante branco. Este assunto ainda está em cima da mesa, houve algumas reuniões onde este assunto foi abordado, todos se encontram a pensar sobre o assunto mas, formalmente ainda não há um passo concreto da empresa Águas do Centro a dizer que irá tomar uma decisão em relação à barragem da Lapa. -----

Continuou o Senhor Presidente referindo que o ponto da situação em relação às obras que ela necessita, a empresa Lena entregou o projeto de reabilitação da barragem, o qual foi entregue na Agência Portuguesa do Ambiente que depois submeteu ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que por sua vez fez algumas recomendações que chegaram à Autarquia há cerca de 15 dias, essas recomendações foram submetidas ao consórcio Lena para fazer as possíveis adaptações ao projeto de acordo com as recomendações do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. -----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem do Dia

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo que a Informação do Presidente da Câmara vem acompanhada de um balanço e que é a primeira vez que isto acontece. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que opta por apresentar tudo o que a Câmara tem feito entre o período que medeia a anterior assembleia e esta e que se encontra disponível para esclarecer qualquer dúvida que os Senhores deputados possam ter.

Referiu que em termos de obra, em termos de trabalho no terreno, tem sido bastante, quase no limite das capacidades. Em relação à situação financeira continua-se no bom caminho. O processo que se encontra no documento já se arrasta há muito tempo, é um processo antigo também e aguarda decisão da sentença. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que gostaria de ver na informação assuntos mais importantes ou seguramente tão importantes, mas outro tipo de assuntos refletidos na mesma, nomeadamente assuntos como o PDM, esse tipo de questões seria uma boa oportunidade de, com regularidade, prestar esta informação à Assembleia Municipal, porque são importantes as reuniões em que o executivo participou e de facto, esta informação tem três páginas a enunciar reuniões, gostaria de ver assuntos que são marcantes para a vida municipal e que fazem parte da estratégia que a autarquia tem para estes quatro anos de mandato e gostaria que este documento fosse, no fundo, a demonstração de que se está a seguir uma estratégia que foi apresentada a sufrágio em 2013 o que os Sardoalenses entenderam aceitar e aprovar e, por isso ganhou essa eleição e, na sua opinião este documento serviria para demonstrar a estratégia que se está a desenvolver e os pontos que de facto assim o representam. -----

Continuou o Senhor deputado dizendo que em relação às obras, são referidas algumas, mas na sua opinião eventualmente acha que poderá haver algo mais, em relação às obras realizadas no concelho, tem-se basicamente três obras referidas, algumas coisas no edifício dos paços do concelho e gostaria que fosse um pouco mais completo em termos de obra de projetos, em termos destes assuntos, como sendo o PDM, a água, etc. -----

Em relação à situação financeira, tem-se de facto algumas melhorias, existem rubricas que nem tanto assim, nomeadamente fornecedores de imobilizado, há de facto um acréscimo, que o Senhor Presidente eventualmente poderá explicar, de cerca de setenta, oitenta mil euros e em relação ao balanço, é de facto, não sabendo se é uma obrigação legal, se assim for, está a dar-se cumprimento a essa obrigação, mas entende, pela sua formação na área de gestão e pelo ambiente em que trabalha, que este balanço e, não sabendo se decorre de obrigações legais se não, mas eventualmente até uma demonstração de resultados, ainda que muito sintética, poderia ser importante, porque este documento

e, porque se está sensivelmente a meio do ano, dá uma ideia, com alguma precisão dos documentos, do ano financeiro, de uma forma bastante completa, apesar de ser um documento genérico, mas dá a informação de qual o caminho financeiro que se está a trilhar e, ter esta informação a meio do ano pode ser importante para de facto se poder confirmar o caminho que está a ser seguido e, nesse sentido, acha que é importante que o documento seja apresentado, sugerindo, se for possível, que se juntasse uma demonstração de resultados, que dá uma ideia, também de uma outra forma, da evolução. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António para referir que gostaria que as suas intervenções fossem vistas e interpretadas mais como sugestões do que propriamente reparos, até porque em consciência sabe que o atual executivo municipal está atento a todos os problemas que ali se vão fazendo e por isso vai mais para o lado da sugestão do que propriamente para o lado do reparo, dado que na sua opinião não há necessidade de grandes reparos. -----

Continuou, lembrando ainda ao executivo municipal que, em termos de rede viária existem alguns problemas graves na freguesia, e um deles tem a ver com a ligação Mógão Fundeiro-Valongo, problema que já se arrasta há muitos anos, é uma ligação relativamente curta e que, quando se fala em proximidade e, se de facto aquele itinerário estivesse mesmo em condições ou pelo menos transitável, seria muito mais fácil, muito mais rápido e muito menos oneroso, chegar de Santiago de Montalegre à sede do concelho. Existem mais alguns pormenores, relativamente às estradas, nomeadamente a ligação do Alto do Mógão à Amieira, em que o pavimento está degradado, sendo conveniente uma reparação rápida. A ligação entre o Mógão Cimeiro e Mivaqueiro também está degradada, pese embora a Junta ter feito alguma reparação, mas está em muito mau estado relativamente a outros e, finalmente a estrada da Lobata, que tem o mesmo problema, fizeram-se lá casas novas, continua-se ali a investir, mas de facto aquele acesso, aquela estrada não está nas melhores condições. -----

Para terminar e, aqui sim, talvez um reparo, sabe que está a decorrer um processo, relativamente ao transporte a pedido, que no início não lhe agradou, porque o serviço disponível, no transporte a pedido, relativamente a Santiago de Montalegre não faz qualquer sentido, na sua modesta opinião, se não chegar à sede do concelho, porque transportar as pessoas a pedido de qualquer aldeia de Santiago de Montalegre para São Domingos, não vê qual é a melhoria nem a utilidade, mas deve-se lutar para que esse serviço esteja disponível para a sede do concelho que é como acontece com as outras freguesias.

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que em relação às sugestões do Senhor deputado Adérito Garcia, pediu ao mesmo para rever as informações dos anteriores mandatos e fazer

comparação com estas, pois aquilo que ali se diz são algumas indicações do que tem sido feito, colocando-se à disposição para completar a informação relativa aos pontos enunciados, que são meramente indicativos. Outros, como o caso do PDM, não estão mencionados, porque não há novidades, quando as houver, as mesmas serão incluídas, além disso também não queria, com uma informação completíssima, tirar a possibilidade ao Senhor deputado de fazer as suas questões. Acharia interessante que o Senhor deputado, visto que esta informação não é suficiente, além do reparo que fez, levantasse questões e, estaria completamente disponível para completar a informação sobre estes pontos. De qualquer das formas está completamente disponível para responder, a Câmara reúne com diversas entidades e quando o faz é para serem discutidos assuntos com as mesmas. De qualquer das formas, esta informação não substitui de forma alguma a obrigação que os senhores deputados têm de ler as atas das reuniões de Câmara, porque há assuntos que são tratados em reunião de Câmara e que não são transportados com a mesma dimensão para a Assembleia Municipal, por isso, se fizer o cruzamento com as atas das reuniões de Câmara, certamente terá uma informação muito mais completa. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara referindo que a dúvida que o Senhor deputado apresentou, tem a ver com o aumento de fornecedores de imobilizado, o qual está relacionado com a aquisição de viaturas, como é o caso de um dumper, dum Renault clio e de uma carrinha dacia, apesar de não ser dívida, a totalidade do valor tem de constar no documento. -----

Relativamente à situação financeira, é a postura do executivo, o maior esclarecimento possível, a total transparência. Tem ideia que este mapa não é obrigatório, o balanço, mas faz sentido que se faça uma avaliação do semestre e, referiu ainda que se faltar algum documento aos senhores deputados, que no período que vai desde a receção dos documentos até à Assembleia Municipal, estejam perfeitamente à vontade para solicitar os mesmos. -----

Relativamente às considerações do Senhor deputado Francisco António, o Senhor Presidente referiu que a rede viária é uma preocupação no concelho de Sardoal, infelizmente ainda se tem muitos anos de atraso em relação a outros concelhos, está a tentar-se, numa luta contra o tempo, apanhar um comboio que já passou. O próximo quadro comunitário não é muito sensível a estas situações mais irão tentar que se ultrapasse, aguarda-se a resposta a projetos que foram submetidos ao projeto MaisCentro, ainda no quadro comunitário de apoio anterior, que não estão a ter bom caminho. Faz parte também, das prioridades do executivo, submeter à CCDR Centro, alguns milhões de euros para

requalificação das estradas e caminhos. Tem de se aguardar pelo próximo quadro comunitário e concorda com o Senhor deputado, porque ainda há muito para fazer em todo o concelho. -----

Relativamente ao transporte a pedido, o mesmo tem de ser entendido como um complemento áquilo que já existe, não vindo substituir absolutamente nada que já existe e parte-se de um ponto que é fraco, que é mau. Não existem respostas eficazes em termos de mobilidade, no concelho, e que respondam verdadeiramente às necessidades dos munícipes, daí, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, ter surgido o transporte a pedido, que tem sido um exemplo, até nacional, como se pode verificar, quando há cerca de quinze dias estive no concelho, o Senhor Secretário de Estado dos Transportes. Veio verificar o transporte a pedido e também apresentar um outro sistema de transporte idêntico, que é o Portugal porta a porta. Claro que sabe que existem correções a fazer. No transporte a pedido, foi feito um estudo por uma empresa na área dos transportes que esteve no terreno, reuniu com o executivo, com as juntas de freguesia e, chegou-se ao ponto em que se sabe que não é o ideal, o executivo já reuniu em vários locais das diferentes freguesias para explicar às populações o que é o transporte a pedido e para pedir também sugestões e, realmente em Santiago de Montalegre, foi dos sítios onde se encontrou mais necessidade de limar mais arestas e esta vontade já foi transmitida à Comunidade. De qualquer das formas, o transporte a pedido está no limite daquilo que a lei permite, porque existe uma rodoviária nacional, que é concessionária dos transportes públicos coletivos e, para que os transportes públicos a pedido existissem, teve de haver um despacho do Senhor Secretario de Estado específico para este sistema de transporte porque não se pode, de modo algum, pôr em risco aquilo que existe, pelo menos com a legislação atual, nos transportes coletivos públicos, daí a opção tomada foi que, em vez de um carro ou um circuito sair de Santiago de Montalegre para a sede de concelho, ir a São Domingos para depois as pessoas poderem ir apanhar o transporte da rodoviária e então nesse transporte irem até à sede do concelho. Em termos práticos, compreende que não é bom, que não é a solução, mas de qualquer das formas a preocupação que houve da empresa foi de, não por em risco o outro transporte porque então poderia ter-se graves problemas, até em termos de legalidade, até porque a rodoviária nacional tem uma postura péssima em relação ao transporte no concelho de Sardoal, neste e em outros de baixa densidade populacional, porque a ideia é, não dando lucro, fecha, então onde está o serviço público, questiona. Se dá lucro, não fecha, então assim é-se bom empresário. O que eles não fazem é tirar o lucro de um lado para colocar nos territórios onde o lucro não existe. Os municípios têm lutado contra esta postura, onde realmente o operador tem de olhar para

os territórios de outra forma, eventualmente se der prejuízo, tem de compensar com os lucros de outro lado. Continuou recordando que para o transporte existir e fazer a carreira que vem das Fontes até à sede do concelho, que é uma carreira pública, a autarquia chegou a pagar cerca de quarenta euros por dia para que a rodoviária considere este transporte sustentável para que se possa ter esta ligação à sede do concelho. Todas estas indicações já foram transmitidas à Comunidade e julga que serão todas atendidas, tendo inclusive manifestado a sua vontade para que saia daquela localidade um transporte direto para o Sardoal a exemplo de outros locais. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António referindo que a sua dúvida prende-se com o facto de nas outras freguesias o serviço chegar à sede do concelho e também existe este tipo de serviço, existe outro serviço paralelo, daí a sua incompreensão, porque é que nas outras freguesias é possível levar o serviço à sede do concelho, havendo também o tal dito serviço da rodoviária do tejo, questionando porque é que na sua, fica só por S. Domingos. O simples munícipe, o simples cidadão também se sente, de alguma forma, marginalizado pelo facto de nas outras freguesias o serviço chegar à sede do concelho e na sua não chega. -----

O Senhor deputado referiu ainda que quando fosse feita mais alguma publicidade relativamente ao serviço, que se incluía a povoação de Casal dos Pombos, porque foi um esquecimento grave, não se ter incluído uma povoação que até tem alguns habitantes. -----

O Senhor Presidente respondeu que esta situação será corrigida, a empresa já tinha sido alertada para esta situação. -----

2. Lista dos compromissos plurianuais;

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que este ponto tem a ver com a Lei dos Compromissos, relacionados com a aquisição de quatro fotocopiadoras, as fotocópias e também programas informáticos e, sendo contratos plurianuais, a Lei obriga a que venham à Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia questionando se foi por ajuste direto ou concurso publico, por convite, como é que se procedeu neste caso, sendo que os custos, globalmente sobre o orçamento, não têm um peso significativo, mas é uma ferramenta importante no trabalho do dia-a-dia da Autarquia. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que mesmo quando a lei não obriga, a não ser quando se fala de uma situação de extrema urgência, os procedimentos que se têm no município é auscultar o

mercado pelo menos, dois, três ou quatro fornecedores e depois é o preço mais baixo, muitas vezes para agilização dos processos não se faz o concurso, porque a lei não o obriga, mas tirando situações de urgência é feito o convite a várias entidades para apresentarem o seu preço e depois a Câmara adjudica de acordo com a qualidade do preço. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. Relatório Final da Auditoria efetuada ao Município pela IGF;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a Lei obriga a que se dê conhecimento à Assembleia Municipal e ter-se-á de tirar uma certidão da ata, porque tem-se sessenta dias para enviar à Inspeção Geral de Finanças, dizendo que os senhores deputados tiveram conhecimento deste relatório, de qualquer das formas a Lei não obriga a que seja posto um ponto na ordem e trabalhos e com isto se possa analisar e tirar conclusões e ensinamentos deste relatório. -----

Continuou dizendo que este relatório compreende o período de 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2011, no entanto com uma análise atualizada sempre que possível, em relação aquilo que era o caminho a tomar no ano de 2012 e o relatório refere isso muitas vezes, que a análise é feita até final de 2011 mas houve intenção dos senhores inspetores de verificar qual era a posição que o município já estava a tomar, qual era o reflexo que existia em 2012. Na verdade muito daquilo que era as suas considerações, seria as suas opiniões, já estavam refletidas ou corrigidas e melhoradas no ano de 2012 e isso também é refletido no relatório. É um documento que tem muito de análise técnica mas também tem muito de análise política e de decisões políticas tomadas. As boas, as menos boas, as más e também o caminho que foi feito que é importante ter em consideração. Na reunião final com os inspetores, com o chefe da delegação de Coimbra, foi transmitido que o município de Sardoal não é dos melhores mas também está muito longe de ser dos piores. Com tudo isto aprende-se com estas recomendações, com estas sugestões e, na sua opinião, todos entendem que o caminho tem sido outro, a direção que se está a tomar é outra, ao longo destes anos também, sucessivamente, tem havido correções àquilo que de menos correto o relatório indica. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Paulo Falcão, referindo não ter conseguido perceber qual a correspondência do valor da taxa de juro de 0,6. -----

Interveio o Senhor Presidente referindo ter a ver com o PRED, é a taxa de juro ao valor do empréstimo do PRED, sobre o valor deste empréstimo há um agravamento que pode ser de 0,6 ou 0,8, por incumprimento e é isso que se está a passar. Este incumprimento tem a ver com o prazo médio de

pagamento em que houve incumprimento em 2009, 2010 e 2011, julgando que em 2012 já houve cumprimento mas se não houve tem a certeza que em 2013 já houve, por isso já não se verifica este agravamento desta taxa de juro, que só incide sobre o valor do PRED.-----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que este relatório, apesar de se referir ao mandato anterior, apesar do Senhor Presidente, na altura, ser Vice-Presidente, é muito preocupante para aquilo que foi a gestão do PSD no município de Sardoal e o próprio relatório é expresso quando diz que houve erros de gestão, problemas graves de gestão e, aquilo que o preocupa é que durante varias sessões da Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, as questões que são afloradas neste relatório, foram alvo de chamadas de atenção pelos deputados municipais do PS, na Assembleia Municipal e pelos Vereadores que faziam parte, do PS, na Câmara Municipal e em várias sessões, a reação do PSD àqueles reparos e às chamadas de atenção, está à vista o resultado. Foi chamado à atenção para o facto de os orçamentos estarem empolados, em todas as assembleias, em todas as reuniões de Camara e a resposta foi que tinham de ter projetos, mas o que é certo, é que este relatório é bastante claro e, a primeira frase do despacho do Senhor Coordenador da equipa que procedeu a esta fiscalização, é elucidativa a cem por cento, tendo o Senhor deputado lido algumas das frases do relatório. Disse o Senhor deputado ter algumas questões a colocar e eventualmente apelando ao facto de ter sido Vice-Presidente no mandato anterior a que se refere este relatório. O executivo tinha ou não, conhecimento de que estava em incumprimento? Foram ou não alertados pelos serviços, para o facto de haver incumprimento e houve ou não intenção, ou vontade deliberada de escrever coisa diferente nos relatórios que foram apresentados, quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal? Foram cometidas algumas falhas graves, houve documentos contabilísticos respeitantes a um ano, e isto aconteceu sistematicamente e que foram contabilizados no ano seguinte? Está-se a falar de situações muito graves. Até que ponto o executivo tinha ou não consciência de que estava em incumprimento? O Senhor deputado referiu gostar de lançar uma questão para a bancada dos Senhores deputados municipais do PSD, que durante tantas sessões da Assembleia Municipal, quer quando se discutia os relatórios de contas, quer quando se discutia os orçamentos, tanta vez se viraram contra a bancada do PS, pelas intervenções que fazia e, muitas vezes até contra as suas intervenções, querendo perguntar como se sentem, pois colaboraram com esta má gestão, foram alertados e têm responsabilidade política neste assunto, não todos os que ali estão, mas alguns que participaram na Assembleia Municipal no último mandato. Perguntou o Senhor deputado, o que lhes ia na alma, naquele momento,

porque, com o devido respeito, seguramente não teriam melhor informação que os outros deputados, cabe aos senhores informarem a assembleia, pois colaboraram com tudo aquilo. Com isto permitiu-se algumas realidades financeiras que o município não comportava, foram por opção política, fizeram-se viagens e tudo aquilo que o executivo entendeu por bem porque era essa a sua política. Os Sardoalenses tinham expressado o seu voto a devido tempo, atribuindo o poder a quem desejaram e respeita isso, mas o PSD fez mau uso do poder, que os munícipes deram aquele partido. -----

Continuou o Senhor deputado, dizendo que na verdade algumas coisas têm melhorado e, no orçamento para 2014, por exemplo, algumas coisas melhoraram, mas de facto esta é a grande lição a tirar deste documento, que não se pode pensar em fazer um documento, um orçamento que irá ser aprovado e que vai correr tudo bem, pode não correr, pois há um processo em aberto no Tribunal de Contas, sobre o orçamento e as contas de 2009, havendo uma politica de responsabilidade politica que tem de ser assumida, o que não quer dizer que não o esteja a ser, tem de se ter consciência cada vez mais, que tem de se usar cada vez mais, com responsabilidade o poder que se tem, não querendo dizer que não está a ser usado. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista dizendo que os anos mencionados no relatório, na sua opinião, a conclusão do Senhor deputado Aderito Garcia é meramente politica. O que lhe vai na alma naquele momento é um sentimento, face ao relatório, não viu que alguém fosse chamado criminalmente a responder, porque é o que acontece, quando se comete um crime e não existe qualquer relatório que não tenha um carácter político, infelizmente e neste momento vive-se muito à base da politiquice ou da vida politiqueira e, quando se está no poder, julga-se o melhor, quando se está na oposição julga-se o pior, é como se se quiser analisar. Teve sempre consciência daquilo que votou e votou sempre em consciência e nas posições que assumiu, assumiu a crítica, na medida em que, como muito bem o disse, mas muito mal o julgou, o povo entendeu que devia continuar a confiar nas pessoas que estavam à frente dos destinos deste concelho, naqueles anos e se o entenderam há que respeitar e não se deve estar a procurar males de alma para tentar de algum modo, como leu num jornal, que foi jogatanas para ganhar eleições, isso é uma passar um atestado de nulidade, imbecilidade aos cidadãos que votam e, se no inicio daquele trabalho se começou por enaltecer os cidadãos que votam no concelho de Sardoal, porque o fazem livremente. Referiu ter lido relatórios de diferentes municípios, com eleitos diferentes do Sardoal e que são mais arrasadores do que este, mas que terminam da mesma forma, dando um voto de confiança, porque o executivo está a melhorar a sua

gestão e, se o Senhor deputado disse que algo está a melhorar, significa que os erros do passado servem para emendar o presente e não continuar no futuro. Sobre o que ali foi dissecado continua a dizer que aquele é um órgão meramente político e cada um faz a análise como entende, sempre respeitou as posições dos outros e se por vezes teceu críticas, foi pela dureza das palavras e não propriamente por aquilo que é o estar a fazer análises, pois nunca comentou qualquer análise feita, a não ser por rigorosismo da soma de algumas rubricas ou de alguns pontos. Tem a consciência perfeita de que houve coisas más, com certeza, contudo, o Sardoal não aparece na lista nacional de concelhos perigosos, se os analistas não o colocam nessa lista, é porque não são tão inteligentes como supunha que eram ou então não sabiam o que estavam a fazer. Disse ainda para o Senhor deputado Adérito Garcia ler e pesquisar nas páginas da internet relatórios de outros municípios e nas suas conclusões finais, que são muito mais gravosas. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ser corresponsável pelo orçamento de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 e, o conhecimento que tinha na altura da situação do município e o conhecimento que tem agora teria feito precisamente a mesma coisa em relação ao seu sentido de voto que fez. Estava e continua convencido que naquela altura, o melhor para o município era ter-se o orçamento que se tinha, com todos os riscos e com toda a responsabilização que possa haver e, do conhecimento que tem dos outros municípios infelizmente, esta situação é transversal praticamente aos 308 municípios. Se lhe perguntarem se concorda com elas, responde que não e foram feitas correções nos anos seguintes, tudo foi feito para não se repetirem erros desses anos e, pela primeira vez que defendeu um orçamento ou uma prestação de contas, como Vice-Presidente, substituindo o anterior Presidente, tinha dito que o Senhor deputado iria um dia ficar satisfeito com as contas da Autarquia e, não o tendo assumido com esta clareza, o Senhor deputado admitiu que há uma evolução enorme em relação ao que se passava nos anos anteriores e o que se passa atualmente. Os erros que são cometidos, muitos deles são de obrigações técnicas e o próprio relatório diz isso. Quando há uma dívida muito grande, o orçamento engole logo a dívida e depois a partir daí é impossível trabalhar e, infelizmente isto acontecia. Defende, para que isso não tivesse acontecido, que a Lei dos Compromissos tem vinte anos de atraso, porque se a mesma tivesse saído há mais de vinte anos, muito daquilo que foi feito nos municípios, estando a falar daquilo que é feito para bem dos municípios. Vive-se num período em que se faz obra e depois vê-se quem paga e fala do país, não do concelho. Houve possibilidade de fazer obra e muita obra foi feita neste país sem que na verdade fosse

acautelado o pagamento da mesma. O risco que todos os autarcas assumiram, claro que depois isto se reflete em termos orçamentais, porque esta despesa tem de ser paga, tem de ser orçamentada, a dívida existe e no orçamento, a 1 de janeiro, essa dívida engole logo uma parte do orçamento e depois, a seguir não há margem de manobra, o município para, fecha a porta, não há possibilidade de trabalhar. O que aqui importa é aprender com esses erros e o executivo aprendeu e os governantes também, ao criar instrumentos para que estas asneiras, que foram feitas em todo o país, não se repetissem, referindo-se à Lei dos Compromissos, a qual tem vinte anos de atraso, por isso volta a dizer, que aquilo que votou favoravelmente nos outros anos, fá-lo-ia da mesma forma neste momento porque estava e está consciente de que era o melhor para o município e que não haja dúvidas algumas sobre isso, porque na política também tem de haver riscos e se houver responsabilidades a assumir, assumirá todas as suas, fruto do voto que assumiu na altura, sendo certo que as políticas, já se submeteu a sufrágio, os sardoalenses escolheram, era Vice-Presidente da Câmara, agora é Presidente, com a equipa que escolheu e com a sua forma de fazer de fazer as coisa, não é melhor nem pior, é diferente porque certamente no passado se fizeram coisas muito melhores e fizeram de certeza do que aquelas que hoje se conseguirão fazer, por isso que fique bem claro que não foge em uma pequena virgula que seja, a tudo o que foi a sua postura, o seu passado, como Vice-Presidente da Câmara. Tudo o que foi feito foi para bem do município e com a plena consciência de que era o melhor para o município, se fosse hoje fá-lo-ia da mesma forma. -----

Relativamente ao documento, o mesmo tem incidência em 2009, 2010, 2011 mas depois há frases que também são importantes que sejam retiradas do documento, nomeadamente *“ainda que se tenha verificado uma evolução positiva em 2012”, “a dívida municipal corrigida pela inspeção-geral de finanças diminuiu no quadriénio 2009-2012, em 2.1 milhões de euros, em resultado da redução quer da dívida financeira que passou de 6.9 milhões de euros para 5,2 milhões de euros, quer de outras dívidas a terceiros, que passaram de 1.5 milhões de euros para 1.1 milhões de euros, continuando no entanto a importar no final de 2012 o montante materialmente relevante de 6.3 milhões de euros.”* -----

O Senhor Presidente fez ainda referência à apreciação final do relatório, nomeadamente a síntese relativa ao ano de 2011, o último ano a que diz respeito o documento, que vai só até 31 de dezembro de 2011 mas com incidência e com reflexo na análise e na evolução que eventualmente pudesse ser feita para 2011, chamando a atenção para o facto de se estar a falar de documentos previsionais, eram previsões em que muitas delas falharam por várias razões. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que tudo foi feito sem subterfúgios absolutamente alguns, não houve nada escondido, tudo o que está no documento tem a maior das clarezas, não havendo qualquer intenção de enganar alguém, a não ser favorecer o município de Sardeal. -----

O Senhor Presidente referiu também a questão de algumas faturas que foram contabilizadas no ano seguinte, documentos esses que foram disponibilizados e são referidos no relatório, e são referentes a juros da mora à empresa Águas do Centro, sobre os quais se tentou negociar, tendo havido um prazo, tecnicamente não havia forma de fazer as coisas de outra maneira, porque as faturas têm a data de 31 de dezembro e chegaram em janeiro do ano seguinte, informaticamente não era possível, neste período, contabilizar estas faturas, a não ser que se parasse o município no mês de janeiro para que as faturas anteriores chegassem e pudessem ter reflexo no orçamento do ano anterior. Tecnicamente hoje já é possível, em 2013 já foi possível, 2014 já vai ser possível, fruto da lei dos compromissos que obriga a que seja feita, mas está-se a falar de faturas emitidas pela empresa no último dia do ano e que chegam no ano seguinte. -----

Continuou o Senhor Presidente mencionando outras faturas, nomeadamente notas de débito, que têm a ver com juros de mora da mesma empresa, estes juros foram negociados e aqui a Câmara teve sorte porque foram perdoados. Está a referir-se a faturas de 59 mil euros que dizem respeito ou a juros de mora ou faturas que têm a data vinda do fornecedor de 31 de dezembro daquele ano. É verdade que as faturas podiam ter sido colocadas nesse ano, mas se são emitidas na entidade a 31 de dezembro, primeiro que cheguem ao município poderá levar cerca de 3 ou 4 dias e depois vai a conferência, o que quer dizer que não se podia fazer nada nessa altura sem que essas faturas referentes ao ano anterior, estivessem totalmente lançadas porque na altura o programa informático não permitia que fosse feito, agora já se pode fazer. Está-se a falar de cinquenta e nove mil euros, quem pode ver aqui má vontade, subterfúgios, faturas na gaveta ou outros truques, esta certamente a utilizar muito mal, politicamente esta situação. -----

Esta tentativa de marcar este relatório, com esta posição, não o assusta absolutamente nada e voltou a repetir, que faria tudo da mesma forma porque tinha a certeza que era o melhor que poderia ter sido feito para o concelho, é sim responsável pela evolução que existiu e é também responsável, juntamente com os outros colegas, com os parceiros e com os técnicos do município, para a evolução e pelo caminho que teve desde este período até ao momento atual, e disso muito se orgulha, de neste momento ter-se a situação que se tem. Falou-se em PRED, é verdade, foi um erro mas também se

falou de PAEL, o Sardoal foi o único do país que menos dinheiro foi buscar, 400 mil euros e não havia necessidade de o fazer, mas fez-se porque se achou que era uma forma de contribuir para a economia local de uma forma mais rápida e eficaz do que se tivesse feito um prazo de pagamento, como se poderia ter feito e mesmo este o executivo havia essa dúvida, o que seria melhor, tendo defendido a ida ao PAEL e ainda bem que assim o fizeram, porque uma coisa é ter-se um fornecedor com o qual se tem uma dívida de 30 mil euros e dizer-lhe que se vai fazer um plano de pagamento de 5 anos e outra coisa é dizer-lhe que se fez o empréstimo e dar-lhe o dinheiro na totalidade, para que ele possa investir e pagar aos seus funcionários e dinamizar a sua economia local, esta foi a opção da Autarquia. Como o Senhor deputado Anacleto Batista disse e muito bem, há municípios neste momento em, Portugal que estão numa situação financeira gravíssima, nos próximos meses muitos deles nem sequer têm dinheiro para pagar aos funcionários e o que que vai acontecer é que têm de entrar num programa do governo para apoio a esses municípios e, o Sardoal, porque fez bem o seu trabalho de casa nestes últimos anos vai contribuir para o apoio a esses municípios, se calhar acha injustiço, mas também se vive num país solidário e todos vivem no mesmo país, independentemente de qual o município. A Câmara vai contribuir para ajuda a esses municípios, porque aquilo que poderia ser receitas da Autarquia, neste momento, iriam ficar no município e podiam ser investidas no mesmo, vão ser transferidas para um fundo de apoio municipal. Se por acaso se tivesse feito o que muitos fizeram, que foi gastar de qualquer maneira, neste momento ter-se-ia uma situação gravíssima, mas ter-se-ia o fundo de apoio municipal que iria ajudar. Esta não é a sua forma de gestão e não será, vai ser rigor, transparência, eficiência e eficácia. Aprende-se com a história, com os erros cometidos e irá mudar-se o caminho desses erros cometidos e vai-se continuar o caminho que se quer tomar para o município de Sardoal para que seja sustentável e para que seja bom viver, com qualidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo ao Senhor deputado Anacleto Batista que na sua intervenção tinha referido que os eleitores do Sardoal, nas votações, elegeram quem entenderam e o PS aceita essa decisão. Relativamente ao que disse o Senhor Presidente da Câmara, o que agradece, mas até admitindo que o programa contabilístico não permitia em janeiro, fevereiro e março, que as contas, ao abrigo do POCAL, têm de estar concluídas ou encerradas a março, referente ao ano anterior, registar na contabilidade do ano em que foram emitidas as faturas, há um documento no relatório de contas onde esta informação devia ter figurado. De facto são cinquenta e poucos mil euros, é um valor bastante reduzido, mas é uma questão de princípio, não sabe qual motivo nem vai

alongar-se sobre o mesmo, mas existe um documento que se chama anexos ao balanço e demonstração e resultados e um dos vários itens que faz parte destes anexos, refere-se aos documentos ou informações que podem ser relevantes e que podem vir a alterar o documento principal, que é o balanço e demonstração e resultados e neste, deve ser registado tudo aquilo que contabilisticamente foi inscrito na contabilidade e, do que se lembra, não há uma única referência nestes anexos a estes documentos, até porque do ponto de vista contabilístico, compreendendo e aceitando que o Senhor Presidente não tenha conhecimentos nesta área da contabilidade, ainda que fosse possível registar na contabilidade as faturas que foram emitidas de 31 de dezembro e que seguramente não foram emitidas naquela data mas sim já em janeiro, e que chegaram ao município ainda antes de março do ano seguinte, mas contabilisticamente e do ponto de vista das empresas que emitiram as faturas, há documentos contabilísticos que permitem anular estes valores, portanto haveria sempre forma de anular, até porque com a empresa Águas do Centro, que emitiu uma fatura, seguramente a seguir emitiu outros documento para anular a fatura e os tais juros que, por negociação, se conseguiu de facto anular. Isto para dizer que talvez não tanto pelo valor mas pelo principio, quer acreditar que não foi feito de má-fé e não quer ir por esse campo, mas de facto frisar e pese embora as melhorias registadas e que estão a ser feitas e que também já foram reconhecidas aquando da aprovação do orçamento para 2014 e na análise do relatório de contas de 2013, o relatório é perentório numa questão, no período de 2009 a 2011 e orçamento de 2012, o município é acusado de ter uma má gestão orçamental e disto não se pode fugir. Bem sabe que não quer fugir a esta responsabilidade mas não se pode apagar esta nota que é importante e esta é de facto a lição que se tem de aprender e já se aprendeu, porque os resultados disso são evidentes, e porque se aprende com ela não a mesma não se pode branquear. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que muita coisa mudou e fica satisfeito, até a forma de intervir do Senhor deputado, considerando a total correção, a forma como expôs este problema, até nisso nada tem a ver como muitas vezes, situações que se passavam no passado e fica satisfeito com isso e que possam contribuir para elevar o nível da discussão desta Assembleia, porque fala-se de política, naquilo que a mesma tem de mal e de bom, mas falando do que a política tem de bom, e também se fala de questões técnicas, reconhecendo a forma como o Senhor deputado expõe os problemas e de se falar e de se abordar sobre eles, e fazem-no muitas vezes, até de forma informal. Percebe o que o Senhor deputado disse, até porque o valor é de cinquenta e nove mil euros, não tendo

sido uma opção política, foi uma opção técnica, de não colocar ali aqueles valores, até porque mais de metade deles são juros, com a possibilidade de os mesmos serem resolvidos de outra forma ou até mesmo perdoados, porque quando se fala da Águas do Centro, os juros têm os dois caminhos, e a Câmara também pergunta pelos juros sobre os equipamentos, que ainda não foram pagos e essa é a discussão que havia. Claro que compreende que não há uma manobra política, nunca haveria porque essa não é a sua forma de estar. Sempre ouviu com muita atenção todas as recomendações e reparos e mesmo que a Câmara não o assuma muitas vezes nestes locais, também se aprende com todas as discussões e com a divergência de opinião, porque é saudável, querendo saudar aquele momento, que na sua opinião é enriquecedor para a Assembleia e que dignifica todos os trabalhos e Santiago de Montalegre não mereceria outra coisa senão esta. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António referindo não poder ficar indiferente ao ataque cerrado que veio do lado da bancada parlamentar do Partido Socialista, particularmente contra a pessoa que mais tem lutado e mais tem melhorado a gestão do município nestes últimos anos, ataque que também seguiu diretamente para deputados eleitos democraticamente pelo povo de Sardoal, nas listas do Partido Social Democrata. Para isso valeu-se das frases mais convenientes que havia no relatório exatamente para sustentar esse ataque. Desde que está nesta Assembleia Municipal, nunca naquela bancada, ninguém obrigou ninguém a votar no que quer que fosse, sempre votaram de consciência tranquila e livre e estão dispostos a assumir as suas responsabilidades sejam quais forem em local próprio. Disse ainda ao Partido Socialista e particularmente ao Senhor deputado Adérito Garcia, que quando se vota este tipo de documentos e o Senhor deputado disse e muito bem, que nem todos têm os mesmos conhecimentos que os seus, de contabilidade, fazem-no sempre em consciência e não para agradar a quem quer que seja, já o Partido Socialista ao longo dos anos, limitou-se a criticar, propostas e alternativas válidas e coerentes não apareceu nenhuma e tanto criticou o Partido Socialista que ele próprio se desintegrou, não se entendeu e dividiu-se como ali está bem patente e bem claro. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia para, em defesa pessoal e do Partido Socialista, registar mais uma vez a forma simpática, como a bancada do PSD gosta de fugir aos problemas do concelho, subterfugiando-se nos problemas nacionais. Os problemas do Partido Socialista dizem respeito só e aos socialistas, todos os portugueses no momento oportuno, terão oportunidade, em sufrágio universal, darem a sua opinião sobre as decisões que Partido Socialista, os seus militantes, os seus apoiantes e os seus dirigentes tomarem e portanto esse é um assunto que, e com o devido respeito, da mesma

forma não se intrometem na vida política do PSD ou de qualquer outra força política e, que se recorde, nunca se fez qualquer intervenção nesse sentido, agradecia que houvesse o devido respeito, seguramente que não houve intenção de faltar ao respeito, devendo cingirem-se aos problemas do concelho, pois foi para isso que foram eleitos. -----

Interveio o Senhor deputado Francisco António referindo que sempre ouviu dizer que a política é a ciência de saber gerir as pessoas, mas nem sempre as coisas correm bem, o que é normal, tendo ficado surpreendido pelo facto de o Senhor deputado ter ficado tão preocupado pelo facto de estar preocupado mesmo, pelo que aconteceu ao Partido Socialista, o qual no Sardoal se dividiu, é um facto e é um problema interno, mas os deputados do PS também não têm que atacar os deputados do PSD e de os chamar à responsabilidade e dizerem que são responsáveis, quando em consciência votaram aquilo que lhes parecia melhor porque também de alguma forma se estão a intrometer na vida interna do partido, e se votaram aquilo que lhes parecia melhor, não compete ao Partido Socialista avaliar as ações do PSD. O Partido Socialista defende as propostas que apresenta e o PSD as suas, cada partido tem um rumo a seguir e é um facto que o Partido Socialista se dividiu e está ali bem presente e bem à vista. -----

4. 1ª Revisão Orçamental;

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que este é um documento composto por uma parte técnica, tem a ver com o saldo da gerência anterior de 92 mil euros, que tem de se abrir uma rubrica na receita, para este valor e depois dar-lhe o destino na despesa. O que a Câmara sugere, o destino a dar na despesa tem a ver com a redução de um valor, foi feita uma análise na redução das rendas da Águas do Centro, então corrigiu-se e incluiu-se este valor no valor das rendas, o qual se pensa que até ao final do ano, não será recebido na sua totalidade então é também uma forma de não se aumentar o endividamento. A outra parte também tem a ver com a possível renda de um edifício e, porque se está a fazer neste momento a revisão, eventualmente se for necessário, já se tem a rubrica aberta para se alugar um espaço, que fica no largo junto ao Pelourinho, para uma proposta que existe do governo, que será analisada brevemente, relacionada com o Espaço do Cidadão, o assunto será analisado brevemente e se a decisão for favorável, então a verba já se encontra aberta para se poder alugar o espaço até final do ano. -----

Interveio o Senhor deputado Pedro Carreira referindo-se ao valor mencionado pelo Senhor Presidente, que seria para um aluguer de um espaço, que vai refletir uma nova despesa, indagando se a Câmara

não tem um espaço próprio que possa ser aplicado para esse novo projeto, evitando assim um novo custo para as contas da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara interveio referindo que neste momento, devido às características solicitadas, a Câmara julga não ter, e acha também que o referido espaço num local que não seja da Câmara seria o ideal e brevemente espera ter-se esse espaço porque num dos espaços que a Câmara tem disponível no edifício da Câmara, vai ser alojada também a Segurança Social e vai sair de um outro espaço. Continuou referindo que como todos sabem a Autarquia encontra-se num processo de aquisição da antiga panificadora e encontra-se também a tentar recuperar os edifícios para que se possa ter esses espaços próprios. Agora dando resposta aquilo que o governo propõe e se a Câmara entender que é uma mais-valia para o concelho é importante que se dê esta resposta rápida sem que haja grandes necessidades, para já, de uma grande intervenção que até iria ficar mais dispendiosa, do que o aluguer deste espaço, de cerca de 120 euros por mês. Neste momento a Câmara não tem esse espaço disponível com as características solicitadas, até porque também se quer que esse espaço fique junto aos diferentes serviços da Câmara, porque a concretizar-se, terá funcionários do município e, de futuro, espera que se tenha uma resposta dentro do património da Autarquia. -----

O Senhor deputado Luis Salgueiro encontrava-se ausente, pelo que foi feita a votação sem este deputado municipal. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a 1º Revisão Orçamental, com catorze votos a favor da bancada parlamentar do PSD e GIS e duas abstenções da bancada parlamentar do PS. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5. Certificação Legal de Contas – ano 2014;

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo que este assunto vem do cumprimento legal em que as contas de 2014 têm de ser certificadas por um revisor oficial de contas e, tendo sido feita uma consulta ao mercado, apresentam-se as propostas e do conhecimento que a Câmara tem de todos, são todos bons e por isso o executivo propôs que fosse o valor mais baixo. -----

O Senhor deputado Luis Salgueiro encontrava-se ausente, pelo que foi feita a votação sem este deputado municipal. -----

Considerando o artigo 77º, da Lei nro. 73/ 2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, para nomeação de auditor externo, da empresa “Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC”, com catorze votos a favor da bancada parlamentar do PSD e GIS e duas abstenções da bancada parlamentar do PS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

6. Procedimento Concursal – Sapadores Florestais;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que a legislação obriga a que este concurso tenha de decorrer e que seja concluído num prazo de seis meses e, como ainda não está concluído pediu-se a prorrogação do prazo por mais seis meses, o que não põe em risco os trabalhos que se encontram a decorrer. Neste momento existe um protocolo com a associação de agricultores que está a fazer todo este trabalho, o processo está quase a terminar da parte dos concursos e por isso brevemente ter-se-á uma decisão sobre esta situação. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando se houve algum motivo especial para que houvesse atraso neste processo, ao que o Senhor Presidente respondeu não ter havido nada de extraordinário, o que se quis foi que o novo comandante municipal operacional tivesse alguma coisa a dizer sobre o caderno de encargos, o que na sua opinião faz sentido. -----

Considerando o nro. 3, do artigo 64º, da Lei nro. 83-C/ 2013, de 31 de dezembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria aprovar a prorrogação de prazo de finalização do procedimento, até ao máximo de seis meses, com catorze votos a favor da bancada parlamentar do PSD e GIS e três abstenções da bancada parlamentar do PS.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

7. Projeto de Regulamento do Cartão Jovem Municipal;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que este documento faz parte das políticas de apoio à juventude, em articulação ainda com a existente MOVIOJEM, que se quer implementar no município, com um conjunto de incentivos e descontos. O cartão municipal dar-lhes-á acesso a tudo aquilo que é o cartão jovem já conhecido e que muitos dos presentes também utilizaram quando eram jovens, mas que também tem um conjunto de benefícios para o município. Este documento, porque é um regulamento com eficácia externa, teve o seu procedimento normal, teve aprovação da proposta de regulamento em reunião de Câmara, teve trinta dias em discussão pública, voltou a reunião de Câmara e neste momento vem à Assembleia para decisão final. -----

Considerando a alínea g) do nro. 1, do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar o projeto de Regulamento do Cartão Jovem Municipal, com dezassete votos a favor.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

8. Territórios de baixa densidade populacional.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo que este é um ponto no qual não se poderia deixar de falar, ainda mais porque a sessão da Assembleia daquele dia estava a ser realizada num território de baixa densidade populacional, questionando o que se poderá fazer para que estes territórios de baixa densidade possam até manter esta baixa densidade, mas que permitam uma boa qualidade de vida às pessoas que ali habitam, porque é um direito. O facto de ser um território de baixa densidade, não tem de ser um sinónimo, como o Senhor Presidente da Câmara gosta tanto de dizer, de inferioridade, nem de menor qualidade de vida, todos têm o direito de escolher onde viver e, inclusivamente pode-se escolher viver num local de baixa densidade populacional, é um direito que cabe a todos e é importante que, independentemente do sítio onde cada um vive, todos possam ou tenham essa capacidade de viver com qualidade e também que tenham a capacidade e possibilidade de tentar incrementar essa qualidade e de eventualmente trazer mais pessoas para estes locais. A sua opinião é de que todos estes territórios de baixa densidade têm características únicas, já se falou sobre o potencial da natureza, da água, da agricultura, dos vinhos e, todas estas situações têm de ser potencializadas e incrementadas de forma a trazer ganhos, proveitos para estes territórios e, a partir

daí, eventualmente, transformarem-se em qualquer coisa de mais importante e, no fundo, de sustentável à continuação da população nesses locais. Daí, na sua opinião, é importante, se assim o quiserem, cada um dos deputados e o Senhor Presidente da Câmara, a falar sobre o que se pode fazer nos territórios de baixa densidade populacional. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que, para os Autarcas do interior, é uma problemática que tem de estar sempre presente em todas as decisões, opiniões, em todas as formas de estar porque não é fácil e, tem transmitido isto até a alguns membros do governo, e que lhe perdoem a expressão, que não é muito bonita, vive-se muitas vezes com o cutelo em cima da cabeça, sabendo qual é o dia em que cai, porque realmente ser autarca do interior ou de um território de baixa densidade e viver constantemente com a questão de retirada de serviços entre outros, é muito mau, todos sentem e estão de acordo e não há aqui que fazer politica, a única politica que há, é o concelho de Sardoal e todos querem o melhor para o concelho e para o território. É claro que quando se fala de territórios de baixa densidade, interioridade não é sinónimo de inferioridade, é como viver num país de duas velocidades e num país que está inclinado para o litoral, mas, não chega dizer que isto é assim, o importante é pensar-se o que é que se pode fazer para contrariar esta tendência e, pode-se fazer muito com o próximo quadro comunitário de apoio, por exemplo, a Câmara fez um levantamento daquilo que são os possíveis projetos para o concelho, não só públicos mas também privados e que anda à volta dos 24 milhões de euros, dentro da estratégia da CCDR Centro em articulação com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, porque tem de se pensar que o território de Sardoal, hoje, não é só os 92 quilómetros quadrados, é toda uma região composta pelos treze municípios, pelos três municípios que fazem parte da TAGUS, pelos treze municípios que fazem parte da Comunidade Intermunicipal, pelos cem municípios que fazem parte da CCDR Centro. Cada um apresentou a sua estratégia em termos do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Contudo, para que se possa falar e fala-se muitas vezes em turismo e tem-se essa tendência, não chega ter paisagens, não chega ter capelas, não chega ter festividades, tem de se ir mais além para se aumentar a competitividade do território. O Senhor Presidente da Câmara chamou a atenção para um aspeto, não é em vão que o turismo faz parte do Ministério da Economia, porque tem de se ter um potencial em termos económicos, tem de haver valor, crescimento económico, dando o exemplo, das festividades da Semana Santa, quando os visitantes que vêm ao Sardoal por esta altura, se quiserem ficar por dois ou três dias, têm de ir dormir as unidades hoteleiras da região, porque não Sardoal não existe, ou seja, o município publicita, as

peessoas vêm, bebem os seus cafés, mas depois dormem e muitas vezes almoçam e jantam nos concelhos à volta do Sardoal, por isso é importante que se defina uma estratégia, também, no âmbito do turismo, e essa estratégia está a ser definida, não só com o concelho de Sardoal mas, como disse, através das entidades que o Sardoal faz parte mas também como parceiros que a Câmara acha fundamentais e estratégicos para o desenvolvimento, nomeadamente o Instituto Politécnico de Castelo Branco, com o qual já teve uma primeira reunião e o Instituto Politécnico de Tomar, com o qual também já teve algumas reuniões. Tem de se perceber o que é que o Sardoal tem, quem é e o caminho que se quer tomar para que se possa potenciar a região. Muitas vezes fala-se em territórios de baixa densidade populacional, que tem pouca gente, pois tem, mas as pessoas só se fixam nos locais onde têm emprego e para isso tem de se criar emprego, porque se assim não for, as pessoas não se fixam neste território e, se não se fixam neste território, não compram, não vivem, não têm os alunos na escola, por isso tem de haver uma estratégia que aumente a competitividade do concelho. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu o exemplo do transporte a pedido, que é uma forma de se reduzir o impacto que têm os territórios de baixa densidade populacional, mas há mais, os vinhos, a sua valorização, não basta ter prémios, tem de se perceber o que é que se pode fazer para as pessoas virem comprar os vinhos da região e, também se fez aquilo que tem sido um sucesso da região que é a abertura do espaço Cá da Terra, que dentro das três lojas que a Tagus tem, é aquela que tem um volume de vendas, nada comparável até à soma de vendas das outras duas. Referiu não dizer o que é que a Câmara tem feito, porque se tem falado muito sobre o que a Câmara tem realizado, o que pode dizer é que a Câmara tem 24 milhões de euros para o programa da CCDR Centro, o que não quer dizer que com isto se esteja a esgotar a capacidade de investimento no próximo quadro comunitário, e depois também se terá os diferentes programas temáticos que irão sair. Isto faz parte de uma estratégia que se construiu numa primeira fase que teve de ser feita da forma como foi porque terminou o mandato autárquico, começou outro e quando o novo começou esta situação era para “ontem”. De qualquer das formas tem de se analisar aquilo que se quer para o concelho, estes planos estratégicos que por opção política, se entendeu que se devia começar pelo plano estratégico para a área do turismo, religioso, natureza, ambiental, cultural, porque existem equipamentos culturais que neste momento já têm uma referência nesta região, mas não basta as pessoas virem ao Sardoal assistir a um cinema ou visitar as capelas, é preciso que fiquem no concelho e, aqui tem-se uma vantagem muito grande, porque o Sardoal tem no seu turismo religioso Fátima, que faz parte do Médio Tejo, este é um

grande desafio não só para o Sardoal mas também para a Comunidade Intermunicipal. Fátima tem cinco milhões de visitantes por ano, claro que esses cinco milhões de visitantes nem todos são turistas, na sua grande maioria são peregrinos, que passam o dia em Fátima, rezando, cumprindo as suas promessas, mas, há uma grande percentagem destes cinco milhões que são turistas e se não houver um interesse religioso, um interesse de peregrino, Fátima esgota-se em poucas horas, por isso, seria importante que, aquilo que acontece nesta região, muitos turistas chegam a Lisboa, dormem em Lisboa, ficam em Lisboa, têm lá os seus hotéis, apanham o autocarro, vão um dia a Fátima e regressam para Lisboa, que deixe de ser assim e que possam também estar três ou cinco dias no território, visitando Fátima, visitando Abrantes, Sardoal, Vila de Rei, Mação. Este é o grande desafio que se tem para contrariar esta problemática dos territórios de baixa densidade populacional, mas não chega, é importante e, ultimamente não se tem falado sobre o assunto, que se tenha um espaço onde as indústrias possam trabalhar em condições, referindo-se à zona industrial, em que todos os processos relativos à mesma estão a ser revistos, das empresas que lá estão, daquelas que deviam lá estar e não estão, o que já está a dar alguns frutos, porque uma das empresas, já disponibilizou o seu terreno, já houve o retorno, para que uma outra empresa se possa vir a fixar no Sardoal. Semanalmente vários empresários contactam a Autarquia com essa possibilidade. O Senhor Presidente referiu-se também à Sarplás, pois ainda a pensar muito seriamente no que fazer com aquele espaço, que pode ser um espaço muito importante no futuro e no desenvolvimento económico. Tudo isto está em cima da mesa. Informou ainda que pediu ao Chefe de Divisão Financeira para ver qual é a possibilidade da proposta que a Câmara pode fazer à entidade que detém neste momento a Sarplás, para que se possa eventualmente adquirir aquele espaço, uma proposta que seja de acordo com aquilo que é a situação financeira da Autarquia, não se vai entrar em grandes aventuras, uma proposta que seja vantajosa para o município, porque se o espaço estiver na posse do município, poder-se-á “pegar” nele e ir à procura de investidores, e cada um fará a sua parte, a Câmara cede as instalações e o investidor, cria emprego, riqueza no concelho. Tudo isto faz parte da estratégia de futuro da Câmara. Continuou referindo que a curto prazo ter-se-á brevemente também na Assembleia, uma discussão da ARU, Área de Reabilitação Urbana, é um processo que em breve também irá a reunião de Câmara, porquanto existe uma empresa de arquitetura que está a apoiar a Autarquia nesse sentido. A Área de Reabilitação Urbana é um espaço no qual a Câmara quer intervir, mas existe também um conjunto de incentivos, nomeadamente fiscais para quem intervenha nessa zona, na requalificação dos edifícios

entre outros. Tudo isto, todo este conjunto, são situações que estão em cima da mesa, está-se a trabalhar. Continuou o Senhor Presidente da Câmara, informando que existe um investidor, inclusive já falou sobre o assunto em reunião de Câmara, que está claramente interessadíssimo em investir na Casa Grande e, ao investir naquele edifício, na sua opinião é uma vantagem para o município. A Câmara está em negociações, em conversações, não passa de um simples namoro que julga que, um dia se se verificar que há casamento ou união de facto, que possa ser uma vantagem para o município. A Câmara está atenta, está no terreno, a luta não é fácil, tem sido grande, com um conjunto enorme de reuniões, com responsáveis governamentais, a questão da saúde também é preocupante dos territórios de baixa densidade. Existe no Sardoal um conjunto de pessoas que regressaram às suas terras depois da sua reforma, mas que continuam recenseados nos sítios de origem porque têm eventualmente uma segunda casa ou porque não precisam de renovar o Bilhete de Identidade e não mudam para o Sardoal porque lá têm médico de família e cá não têm. Aquilo que se está a fazer em termos de executivo é sensibilizar os decisores políticos, convidando-os também a deslocarem-se ao concelho, na Semana Santa foram muitos, nomeadamente o Presidente da Região de Turismo, o Presidente da CCDR, vários deputados, colegas Presidentes de Câmaras visitaram o concelho e as festividades precisamente para perceberem o seu entusiasmo que por vezes tem nas reuniões, que não é só entusiasmo, mas que é uma verdade e eles perceberam isso, que o Sardoal tem um potencial enorme, irá ser trabalhado, irá ser desenvolvido, não e vai navegar à vista, isto é que é importante, porque muitas vezes cometem-se erros a navegar à vista, tem de se ter um plano, uma rota traçada, um plano de bordo e não navegar à vista conforme as coisas vão aparecendo. A Câmara também tem incentivos à natalidade, recordando que se participou no projeto “Viva a Vida” para territórios de baixa densidade juntamente com um órgão de comunicação social. Recordou também uma forma de aumentar a população escolar, não só apoiando os que já lá estão, e que têm necessidades não espelhadas nos apoios que existem, mas também numa forma de se poder aumentar a população escolar, com a oferta das refeições a todas as crianças do jardim-de-infância e primeiro ciclo, faz parte da estratégia da autarquia. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo compreender o Senhor Presidente da Câmara porque este assunto daria para se fazer um seminário ou uma conferência de várias horas, vários dias, o assunto é suficientemente abrangente para ser discutido durante um longo período de tempo e sobre esta questão e só um aparte político, dizendo que os grupos políticos que de facto se

apresentaram às urnas autárquicas na última vez, todos de uma forma ou de outra tinham várias propostas neste sentido, por isso estão todos empenhados nesta questão. -----

Continuou o Senhor deputado referindo ter-se, em algumas zonas do concelho, umas mais do que outras, a freguesia de Santiago de Montalegre é um bom exemplo, em Alcaravela também, esta questão, não lhe chama um problema porque pode ser uma virtude, que é de facto ter territórios onde a densidade populacional é relativamente baixa, mas isto pode ser muito agradável, porque muitas pessoas preferem passar o seu período de férias em zonas deste género, nem toda a gente gosta de passar as suas férias na praia, na confusão e de facto, isto é uma oportunidade mas tem de se encontrar soluções para que se possa aproveitá-la. Imagina que aquilo que vai ser feito com os dois institutos politécnicos quer de Tomar quer de Castelo Branco, vai passar por uma análise de ameaças, oportunidades, fraquezas e virtudes, que na gíria económica se chama uma análise SWOT, porque é por aqui, entende, que se deve começar e que vai permitir definir a estratégia. Primeiro saber onde se está, saber para onde se quer ir e saber que se tem fraquezas, porque se se tiver consciência das mesmas, vai-se conseguir melhorá-las. Algumas destas fraquezas, destas dualidades já foram até afloradas pelo senhor deputado Francisco António, referindo-se à freguesia de Santiago de Montalegre, que é a que conhece melhor, existindo alguns problemas para os quais se tem de encontrar soluções, para, pelo menos, que os mesmos sejam minimizados. Tem-se também a questão do desenvolvimento económico, no seu entender e acha que existe unanimidade neste entendimento, a primeira questão que leva uma família a fixar-se no local é o facto de poder fazer a sua vida plena nessa zona e, no Sardoal é preciso que existam espaços para que os empreendedores possam apresentar as suas ideias, possam desenvolver os seus projetos e de facto, quer a Sarplás e outros espaços que existem disponíveis no concelho, são boas oportunidades para que se criem empregos, seguramente não será a Autarquia, de sua iniciativa a criar mais emprego, até porque depois terá impacto nas contas, mas há um papel orientador que o município deve fazer e acredita que o vai fazer, porque são pontos que vão entrar no plano estratégico, quer seja o do turismo quer seja o de desenvolvimento económico do concelho. Existem algumas questões em que já se tem muito boas pessoas e que sabem fazer muito bem, referindo-se às associações, o movimento associativo no concelho é relativamente dinâmico e que está bem representado no órgão do município e, refere-se a este movimento porque entende que se tem duas formas de abordar esta questão, uma é pela parte de desenvolvimento económico, para dar condições às pessoas para se fixarem, para residirem e outra forma é trazer as pessoas a conhecer

o concelho e, existem associações neste concelho que fazem coisas fantásticas e muito bem-feitas, existem associações peritas em fazer provas de btt, peritas em fazer passeios de jipe e todo-o-terreno, e não menciona todas porque são muitas, mas de facto tem-se um movimento associativo dinâmico e isto pode ser uma forma, numa primeira fase, de se conseguir trazer mais gente ao concelho, as associações têm-no feito de acordo com o seu plano de atividades e de acordo com as suas possibilidades, aproveitando para deixar o desafio de a própria autarquia ser um movimento orientador, funcionando como farol e até incentivar e criar programas na área do desporto natureza, não tem de ser só os jipes ou o btt, podem ser as caminhadas pois existe uma série de atividades de desporto na natureza e o Sardoal tem espaços naturais belíssimos, para usar estas sinergias com as associações e com isto criar movimentos, porque não criar um trofeu btt do município de Sardoal ou integra-lo com outros municípios do ribatejo norte, porque não com Abrantes, que tem neste momento associações que funcionam bem e sabem fazer porque já o fizeram várias vezes e têm experiência, poderia ser uma grande vantagem, o aproveitamento desta grande força que se tem que é o movimento associativo. -----

Continuou o Senhor deputado referindo-se à barragem da Lapa, a qual poderá ter uma utilização muito interessante nesta área, quando deixar de estar afeta ao consumo de água humano, poderá ser mais uma ferramenta, mais um meio que poderá ajudar nesta matéria. -----

O Senhor deputado fez ainda referência ao problema que se tem hoje em dia, das dormidas, quando as pessoas vêm ao Sardoal, onde é que dormem, questiona, existindo aqui uma questão que se pode tentar explorar e que tem a ver com o mercado de aluguer, ou seja, o Sardoal tem, no centro da vila, em muitas aldeias espalhadas pelo concelho, casas que não estão habitadas em permanência, será que os proprietários, será que se conseguirá encontrar investidores que de alguma forma estejam disponíveis para as recuperar, algumas se calhar nem precisam de ser recuperados e estarão prontas a usar, encontrar um mercado de aluguer de alojamento que não tem necessariamente de passar por hotéis, ou seja, uma solução que utilize aquilo que se tem porque neste momento esta é a solução mais imediata. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista questionando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia se existe ou não um regimento desta Assembleia que tem o seu tempo marcado para a duração. Disse ainda que este ponto da ordem de trabalhos merecia que fosse dedicado um espaço de tempo maior para ser debatido e para serem trocadas impressões, não propriamente três horas depois

de se ter começado uma assembleia que devia ter a duração máxima de duas horas. -----
O Senhor deputado disse ainda que se pode ter muita boa vontade para fazer as coisas, mas deve ter-se acima de tudo um conceito, que é aquilo que não existe, referindo-se à parte social, que é o conceito de família, pois enquanto este não existir, por muito que se tenha o sintoma e se viva a angustia da interioridade, da desertificação, ela vai continuar a acontecer, pois se não houver em nenhuma comunidade o espírito da família e se a família se sentir desligada da própria família, o Sardoal, que é um concelho com um envelhecimento muitíssimo acentuado obviamente que irá continuar cada vez pior, referindo ao concelho de Sardoal e à forma como muitas famílias não cuidam sequer dos seus familiares e isto provoca a desertificação. Gostaria que em uma outra sessão qualquer se pudesse voltar a abordar este assunto, mas por hoje não queria dizer mais nada, a não ser o que já disse, lamentando que esta Assembleia não tivesse sido marcada para outra hora noutras condições, até por respeito para com as pessoas que ali estavam e que de certeza já estariam saturadas de os ouvir falar. Interveio o Senhor Presidente da Assembleia dizendo que da sua parte assume toda a responsabilidade e tem as costas suficientemente largas para se aguentar com essa responsabilidade, pois a responsabilidade da hora é sua, assim como dos pontos da ordem de trabalhos, contudo não está nada arrependido e também não consegue adivinhar qual o tempo da reunião e quais os tempos que demoram cada ponto, o que tem é uma experiência de que há vezes em que se discute demasiado depressa, esta demorou um pouco mais do que é habitual, mas existe uma coisa que é a tolerância, que todos devem ter e na sua opinião deve jogar-se um pouco com isso, pedindo desculpa pelo facto de a reunião ter durado um pouco mais, mas esteve a falar-se daquilo que é importante, que é o Sardoal. -----

Período de Intervenção do Público

Interveio o município Senhor Nicolau Duque referindo ser natural de Alcaravela, mas tem casa em Santiago de Montalegre, Mógão Cimeiro, e o que tem para dizer vai de encontro ao que já se falou sobre o mau estado das estradas, querendo acrescentar que dentro das localidades as estradas estão todas degradadas, cheias de buracos e, se se fala em querer atrair pessoas e as estradas no estado em que elas estão, as pessoas não vêm e muito possivelmente até abalam. Outra situação que existe no concelho é o facto de a água ser muito tarifada pois paga mais do dobro das taxas no Sardoal do que na sua casa que tem em Lisboa, achando que isso cabido, aqui a dois passos e Lisboa a 150 quilómetros como é isso possível. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo concordar que em relação às estradas, concorda com o munícipe, pois há muitas estradas que deviam de estar arranjadas e não estão em condições. A Câmara está a trabalhar nesse sentido existindo ainda um conjunto de projetos dos quais se aguarda a resposta na CCDR Centro ainda referente ao quadro comunitário de apoio anterior, não tendo grandes expectativas em relação ao que virá, mas de qualquer das formas a Autarquia fez o seu trabalho, a Câmara tem essa consciência e faz parte dos seus planos para os próximos anos existindo estradas que estão mesmo muito más e que precisam de ser urgentemente requalificadas e muitas vezes dentro das localidades o problema não é só as estradas e para que estas sejam requalificadas tem de se mudar tudo o que está por baixo, que é o caso do saneamento, porque as condutas são antigas e partem e por isso tem de ser uma ação concertada. -----

Relativamente à tarifa da água, em Lisboa, a EPAL consegue fazer preços que o Sardoal não consegue mas, neste sentido e aquilo que está em cima da mesa e o que o governo vai fazer, é fundir um conjunto de empresas, ou seja, um conjunto de entidades, tais como Águas do Centro, Águas do Mondego, Águas do Douro, EPAL, vão dar lugar a quatro ou cinco empresas em Portugal com uma incidência longitudinal, ou seja, para que se possa na nossa região, compensar os elevados custos que se tem da água com os custos que Lisboa tem da EPAL, para haver um equilíbrio das tarifas. Também é fácil de perceber os valores, porque em Lisboa quando se faz um ramal de 500 metros, são para quatrocentas ou quinhentas mil pessoas, é uma despesa dividida desse ramal, por este número de pessoas, em territórios de baixa densidade populacional quando se faz um ramal de 500 metros, muitas vezes é para 5, 6, 10 pessoas, daí o custo ser muito elevado. Esta situação está em cima da mesa para ser revisto e espera que seja revisto para baixo. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram catorze horas', da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____